

REUNIÃO DA COMISSÃO POLITICA

- Conclusões -

Projeto

Dia: 13.11.90

1 - Sobre o comício do Tarrafal

1.1 - A Comissão Política considerou que:

- a) Houve uma boa mobilização para o comício do Tarrafal, o qual se traduziu em mais uma importante jornada política;
- b) É de se realçar a contribuição dos outros Sectores, considerando-se que é muito importante essa mobilidade intersectorial, pois é demonstrativa de força e solidariedade e cria a dinâmica da vitória. Neste sentido, recomendou a Comissão Política que se procure dar mais colorido às caravanas, com bandeiras e cartazes que as identifiquem;
- c) Se registou um grande entusiasmo durante todo o comício, tendo em conta as respostas às palavras de ordem, embora se pudesse ter distribuído melhor os animadores pelo terreno e não houve nenhuma provocação, a não ser antes do comício, o que levou a polícia a deter duas pessoas que andaram a gritar frases ofensivas;
- d) Foi oportuna a denuncia das várias provocações e manobras da oposição, feita pelo Camarada Abílio Duarte, mormente porque o comício por ele presidido no Tarrafal veio na sequência do do MpD em Santa Catarina, onde, mais uma vez, os oradores utilizaram a mesma linguagem demagógica e de ataque cerrado ao PAICV, com o objectivo único de provocarem a instabilidade, tendo, para o efeito, eleito o nosso Partido como o seu alvo;
- e) Foi bastante positiva a contribuição dos militantes do Sector Urbano da Praia para o pagamento das despesas de transporte, tendo em vista a impossibilidade objectiva de o Secretariado Nacional, por si só, continuar a garantir todas as exigências decorrentes de actos desta natureza. Esta medida deve estender-se aos outros

Sectores, devendo o Secretariado Nacional fixar a contribuição da Direcção do Partido, ficando a parte restante das despesas com a realização dos comícios a cargo dos Sectores.

1.2 - Como nota negativa, assinala-se que a TNCV não esteve presente no Tarrafal, apesar das garantias prévias do Secretariado Nacional na satisfação das exigências inicialmente impostas, pelo que não é de se aceitar as desculpas apresentadas (falta de equipamento). Antes, se deve acreditar que foi um acto premeditado e talvez provocatório, já que a TNCV também não foi ao comício do MpD de Santa Catarina, realizado na véspera, talvez para não demonstrar aquilo que previamente sabiam ir ser um fracasso.

Neste sentido, e uma vez que o PAICV tem que tomar posição sobre essa questão, a Comissão Política recomendou que, através duma nota do Gabinete de Informação, o Partido apresente o seu protesto à direcção da TNCV.

1.3 - A Comissão Política alertou, mais uma vez, para a necessidade dos Sectores tirarem o máximo proveito de cada comício realizado e não esperar que a ordem venha sempre de cima. No entanto, para um trabalho minucioso e sistemático, torna-se necessário que se façam memorandos das principais intervenções, com o objectivo de ajudar os Sectores em matéria de argumentação.

1.4 - A Comissão Política alertou, ainda, para o trabalho diário e individual que é preciso fazer na base, onde a fragilidade das pessoas é maior, pois que, no interior das ilhas o impacto da rádio, dos jornais e da televisão é bastante reduzido. Deve-se aproveitar este mês de Novembro para esse trabalho pois que, não há dúvidas, uma coisa é as pessoas comparecerem aos comícios e outra, bem diferente, é a expressão do seu voto na urna, que é um acto bem reflectido.

1.5 - A Comissão Política considerou que o Secretariado Nacional deverá elaborar um projecto por forma a se concluírem os comícios em S. Tiago no mês de Novembro e bem assim para a distribuição da presidência desses meetings, assinando-se desde já as seguintes pretensões:

a) - Sector Rural

Embora seja questionável a centralização dos comícios, no caso da Praia Rural parece recomendável a realização de três actos distintos, estando dois deles já com uma previsão de datas:

- Praia Abaixo - Dia 18.11 (Domingo), presidida pelos Camaradas David H. Almada e Bartolomeu Varela

- Cidade Velha - Dia 24.11 (Sábado). A Comissão Política considera que o Camarada indicado pelo Sector Rural para presidir a esse comício - João Pereira Silva, não parece ser a pessoa mais indicada tendo em conta toda a problemática relacionada com o abastecimento de água nessa região.

- São Domingos, ainda sem data marcada.

b) Sector de Santa Cruz

Manifestou já o interesse de realizar o seu comício em inícios de Dezembro.

1.6 - Igualmente a Comissão Política reafirmou a realização do comício de Santo Antão para o dia 24 do corrente, sob a presidência do Secretário-Geral e registou a intenção do Sector de São Nicolau de também realizar o seu em princípios de Dezembro.

1.7 - Por outro lado, a Comissão Política alertou para uma atenção especial na preparação das festas de «Nha Santa Catarina», seja na ilha de São Tiago, seja na do Fogo.

2 - Aprofundamento da questão das listas dos candidatos a deputados da ANP

2.1 - Sobre o ponto da epígrafe, considerou a Comissão Política que os Camaradas que já estão identificados como cabeças de lista devem iniciar o seu trabalho, pois que é preciso introduzir-se uma dinâmica diferente, assumindo esses cabeças de lista os respectivos círculos.

Para tanto, considera-se indispensável a efectuação de uma reunião do Conselho Nacional, o mais urgente possível, para aprovação das listas e consequente contacto com as pessoas seleccionadas.

2.2 - O Secretário-Geral informou dos contactos e negociações por ele promovidos com vista à melhoria das listas, nomeadamente de S.Vicente e da Praia, particularmente com vista à introdução dos nomes do Secretário-Geral da UNTC-CS na primeira é da Secretária-Geral da OMCV na segunda e o aparecimento de mais mulheres em condições de elegibilidade.

3 - Sobre a evolução recente da estratégia do MpD

3.1 - A Comissão Política constatou que, apesar de todo o palavreado do Presidente do MpD, sábado último no comício de Santa Catarina, que foi um discurso ambíguo e nitidamente de defesa ou de quem perdeu a argumentação e a dinâmica da ofensiva, onde

procurou demarcar-se e apelar aos militantes desse movimento para se demarcarem das provocações, a linguagem não mudou muito. Efectivamente:

- a) A grande preocupação do Presidente do MpD, foi refutar as três últimas intervenções do Secretário-Geral do PAICV, desvirtuar toda a acção deste regime, ao mesmo tempo que se contradiz, afirmando, nomeadamente, que Cabo Verde é o melhor dos PALOP;
- b) Para além de nos ter chamado de mentirosos, o MpD levou a intervir nesse meeting uma garota de 12/13 anos, para pôr na boca de uma inimputável mais acusações ao Secretário-Geral do Partido, numa atitude clara de manipulação dessa criança, o que contradiz a sua crítica frontal ao PAICV em relação aos Pioneiros, propalada no seu comício da Achada de Santo António;
- c) O Presidente do MpD teria afirmado que o PAICV quer provocar a desunião entre ele e o Dr. Eurico Monteiro, referindo-se, concretamente, a um artigo recentemente publicado no jornal «Tribuna»;
- d) Mais uma vez, atacou a Polícia, esquecendo-se, contudo, que está sendo guardado por dois sargentos dessa mesma polícia e que, inclusivé, o protegiam nesse comício em Santa Catarina;
- e) Nesse comício, ainda, que teve como grande maioria de espectadores os alunos do Liceu, por os professores não terem dado as aulas nesse dia, mas mesmo assim não atingindo um quarto da Praça da Vila da Assomada, assinalaram-se pessoas distribuindo o panfleto que calunia o Presidente da República;
- f) O responsável do MpD em Santa Catarina, Afonso...) que substituiu recentemente o José Manuel Pinto Monteiro-«Cabra», só falou do PAICV, tendo o orador principal voltado à questão dos doadores, insistido bastante na problemática da juventude e imputando, inclusivé, a responsabilidade do consumo de droga pelos jovens ao regime do PAICV;

Registe-se que o Presidente do MpD passou o dia de Sábado em Santa Catarina, devendo ter visitado algumas localidades, nomeadamente Chã de Tanque e Figueira das Naus.

3.2 - Face a essa constatação, a Comissão Política recomendou que, com vista a uma resposta adequada, seja feito um levantamento desse discurso do

Presidente do MpD, devendo ser o Sector do PAICV de Santa Catarina o primeiro a proceder a essa análise e a dar uma resposta adequada. 3.3 - A Comissão Política considera que a estratégia do MpD se caracteriza essencialmente por:

- a) Dois comportamentos: um, legal, os discursos e o outro, clandestino, os boatos, as pichagens, os panfletos e os telefonemas anónimas, caluniando, amedrontando e ameaçando dirigentes do PAICV e seus familiares;
- b) Orquestração de factos políticos sobre factos políticos, p.e., o aproveitamento do julgamento do presumível assassino do Renato Cardoso para propalar que, agora, é o Carlos Veiga quem vai ser morto. Aponta-se para autor do crime um cadastrado - Fernando Laura, que se constata ser parente do Dr. Carlos Veiga e que, em tempos, teria já ameaçado de morte o Eurico Monteiro, então Juiz, o qual acaba de deixar a prisão em São Vicente, insinuando que quem está por de trás disso tudo é um irmão do Secretário-Geral do Partido.

3.4 - A Comissão Política salientou a evidência dessa orquestração, sublinhando que:

- a) O funcionário do escritório do advogado Carlos Veiga - João Pinto, muito conhecido na Praia e suspeito de ser o autor das recentes pichagens, caluniosos e intimidadoras, foi surpreendido a introduzir um panfleto, contendo insultos e calúnias, por baixo da porta da repartição onde trabalha esse irmão do Secretário-Geral, o que é sintomático;
- b) Os dirigentes do MpD descobriram com uma facilidade e uma rapidez incríveis a pessoa que estaria a preparar esse suposto atentado, bem como o possível assassinio, o que demonstra que são mais eficientes que a polícia, que tem imensas dificuldades nesse domínio, ou é a evidência de que se trata realmente de uma coisa inventada, com o objectivo único de criar a confusão e lançar a dúvida no espírito das pessoas.

A Comissão Política assinalou que, enquanto isso, em Santo Antão circula o boato de que o Secretário-Geral do PAICV vai ser assassinado nessa ilha, aquando do próximo comício, dia 24, e que se os elementos que têm aí não chegarem para perturbar o dito comício, vão pedir ajuda a S. Vicente.

c) O Presidente do MpD, num contacto com o Ministro da Administração Interna, posto frente à evidência de que foi o funcionário dele - João Pinto a fazer as pichagens, o mesmo não reagiu como também não reagiu à abordagem sobre as atitudes do Padre Fidalgo, ficando no entanto, a impressão do seu receio de o MpD vir a ser responsabilizado pela acção desse prelado.

3.5 - A Comissão Política entende que existe uma ligação entre todos esses actos e provocações, seja em S.Tiago, S.Vicente ou noutras ilhas, pelo que considera que este assunto deve ser tomado muito a sério, tendo registado a decisão do Ministro da Administração Interna de dar protecção ao Presidente do MpD.

No entanto a Comissão Política acordou na denuncia desses actos, através duma comunicação à imprensa, pois que são uma forma de provocar a desestabilização e congratulou-se pelo facto da policia, uma vez que foi apresentada uma queixa, ter em curso um inquérito sobre a questão do panflato, o qual deve ser levado até às últimas consequências.

3.6 - Constatou a Comissão Política que o líder do MpD demonstra ser uma personalidade muito controversa, frágil, com um discurso ambíguo e atitudes de quem não está à-vontade ou poderá estar sendo manipulado, o que, aliás, se confirma com o facto de não ter podido passar no interior da direcção do seu Partido uma moção condenando as provocações de São Vicente, enquanto que a face clandestina da acção desse movimento faz lembrar a actividade do velho «grupo» da Achada Santo António, de 1974/1975, sendo portanto, de se acreditar que, de facto, haverá pessoas por trás, interessadas em criar instabilidade em Cabo Verde.

3.7 - Por outro lado, ao mesmo tempo que existem dirigentes desse movimento, que foram ajudadas e protegidas por este regime e que agora reagem com muito ódio, notam-se jogadas nítidas de certas pessoas, como por exemplo o José Tomas, muito conotado com o «grupo» da Achada de Santo António, que, até à convenção do MpD, dizia nada ter à ver com esse movimento. É ele, ainda, quem aparece avisando o irmão de morte de assassínio.

Igualmente se deve aceitar que os sociais democratas (USD), que aparecem agora a apoiar a candidatura de António Mascarenhas, estão com o MpD, o que leva à conclusão de que este movimento é uma organização perigosa, que apostou em «abater» o PAICV, não importando os meios.

3.8 - A Comissão Política concluiu que os principais dirigentes do PAICV se temperaram na longa experiência da luta político-armada e que as ameaças não têm, ao contrário do que aconteceu com o MpD, grande influência no seu estado psicológico. Chamou a atenção, no entanto, para a importância da recolha e tratamento adequado de informações sobre essa matéria.

3.9 - A Comissão Política alertou para a necessidade de se valorizarem mais as decisões de 1979 sobre o poder local, explorando-as no sentido de contrapor a argumentação da oposição de que a abertura política foi-nos imposta por pressões de fora.

Alertou ainda a Comissão Política para o facto de que a oposição se estará a preparar para, na campanha legislativa, vir atacar o estado dos municípios e particularmente o da Praia, tentando demonstrar a indignidade das instalações e a incapacidade de resolução de certos problemas. A esse propósito, recomendou a compilação e a utilização de dados sobre os investimentos feitos na capital, lembrando que um dos piores gestores deste Município foi o engenheiro Emanuel Pinto-«Karé», que tinha como um dos seus principais conselheiros o advogado Carlos Veiga, que, aliás, com o advogado Eurico Monteiro foi contratado para a elaboração do projecto de reorganização do dito Município.

3.10 - A Comissão Política recomendou uma atenção particular às Associações e bem assim à Associação Cívica (da Dr^a Isaura), inclusivé para ver se se poderá trazer algum membro dessas organizações para as listas de deputados do PAICV, sem que isso possa ofender as bases do Partido. Ao mesmo tempo, deve-se procurar certificar se todos os apoios que o MpD diz ter o candidato António Mascarenhas correspondem à verdade.

Neste sentido, alertou a Comissão Política que conviria evitar que o MpD, a UCID e outras forças da oposição apareçam como uma frente unida nas próximos eleições legistivas e presidenciais.

3.11 - Por outro lado, dado que o MpD, parece ter seleccionado questões alvo, que ele erigiu em pontos fracos do PAICV, para nos atacar, o Partido também deve seleccionar e bater nos pontos fracos deles, ao mesmo tempo, que se deve desmontar toda a argumentação que essa oposição vem utilizando nos seus ataques, fazendo com que sejam vítimas da sua própria aldrabice. Por exemplo, a questão da «policia política», que sabem perfeitamente que não existe, mas que, por conveniência, continuam a citar, é uma questão que não cedemos, o que patenteia a nossa firmeza, ou, ainda, a sua promessa de extinguir da Direcção

Geral de Segurança, se forem governo, órgão extinto desde há muito, demonstram a contradição entre o seu discurso e a prática, pois que é o próprio Presidente do MpD a solicitar a protecção dessa suposta «policia política».

4 - Sobre as próximas negociações com a oposição

4.1 - A Comissão Política considerou útil uma nova ronda de conversações, pois que elas devem ser encaradas na perspectiva duma certa cultura político-democrática e porque permitem clarificar posições, para além de, por exemplo, contribuírem para reduzir o campo de projecção do MpD.

4.2 - A Comissão Política enumerou algumas questões que devem ser abordadas com as forças da oposição e nomeadamente:

- a) Código de conduta ética, que é uma consequência do acordo anterior;
- b) Actualidade do memorandum, assinado com o MpD e com a UPICV, face à evolução dos acontecimentos, embora haja questões, comunicação social p.e., que foi tomada à letra sobre às quais vêm insistindo;
- c) «Observadores» internacionais, segundo reivindicação do MpD, para a fiscalização das eleições, o que consideramos não ter fundamento.

4.3 - A Comissão Política considera, ainda, que não se trata de fazer quaisquer concessões, pois se o que o PAICV pretendia por ocasião do início das conversações era que a oposição não baicotasse a revisão constitucional, o que se conseguiu, agora, trata-se de fazer valer os nossos pontos de vista, nomeadamente amarrando o MpD a uma linguagem menos violenta e a sustentar a sua actividade clandestina.

Por outro lado, convém agir no sentido de contrariar qualquer força aglutinadora à volta desse Movimento.

Neste sentido, deve-se estudar a forma de apoiar a UPICV e agir com o Presidente da UCID, por forma a não parecer que lhes estamos empurrando.

4.4 - A Comissão Política alertou para a conduta da nossa delegação face à comunicação social, devendo divulgar, desde o primeiro dia, as posições que vimos defendendo, por exemplo sobre a fiscalização internacional, que consideramos sem qualquer razão de ser, pois que estão criadas as condições institucionais e existem, internamente, todas as garantias para que as eleições decorram na maior normalidade e transparência.

Não havendo, portanto, nenhuma situação de ilegitimidade ou de turbulência social, que normalmente determinam o recurso a «observadores» internacionais, termo cujo significado deve ser aprofundado a fim de se evitarem ambiguidade, o PAICV admite unicamente que cada partido possa convidar os seus amigos (representantes de partidos, jornalistas e homens públicos) a assistirem ao desenrolar do processo eleitoral, portanto, sem qualquer tipo de interferência nas operações.

4.5 - A Comissão Política mandatou a mesma delegação do PAICV para a nova fase de conversações com a oposição e considerou que, de momento, não existe matéria e não tão pouco parece aconselhável um encontro a dois entre o Secretário-Geral do PAICV e o Presidente do MpD.

Em relação à UCID, uma vez que a delegação desse partido será chefiada pelo seu Presidente, entendeu a Comissão Política que, antes de qualquer encontro entre as delegações, essa individualidade deverá ser recebida pelo Secretário-Geral do Partido.

4.6 - Sobre o financiamento para a instalação dos partidos políticos, de acordo com a Lei recentemente aprovada, a Comissão Política registou uma informação do Secretário-Geral que, na sua qualidade de Chefe de Governo, solicitou ao Ministro das Finanças a formulação de uma proposta que será proximamente analisada e aprovada em Conselho de Ministros.

5 - Sobre as candidaturas a Presidente da República

5.1 - A Comissão Política assinalou que existem já dois candidatos às primeiras eleições directas para Presidente da República, pelo que:

- a) Tendo em conta todos os compromissos anteriores, o PAICV deve manifestar, de imediato, o seu apoio ao candidato Aristides Pereira, tendo-se acordado que o Secretário-Geral pedirá uma audiência ao Presidente da República, eventualmente ao fim da tarde do dia 15, anunciando em seguida esse apoio aos órgãos de comunicação social.
- b) Não convém que o Partido promova duas campanhas simultaneamente - legislativas e presidenciais, embora o MpD esteja já a confundir as duas, o que não quer dizer que não devamos manifestar, sempre que necessário, o nosso apoio ao candidato Aristides Pereira;

5.2 - A Comissão Política entende que o Secretário-Geral deverá discutir com o candidato Aristides Pereira as formas práticas do apoio mútuo, tendo

sugerido a designação de um membro da Comissão Política para integrar ou apoiar a respectiva Comissão de Candidatura, pois que se põem vários problemas, desde a instalação das Comissões Conselhias até à campanha para as presidenciais, que deverá ser preparada em plena campanha para as eleições legislativas, o que levanta algumas questões de ordem organizativa.

Praia, 15 de Novembro de 1990

O Secretário-Geral

Pedro Pires